



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

## INTRODUÇÃO AO DIREITO

2012/2013 – 2.º SEMESTRE

---

### **PROGRAMA**

#### **1. Apresentação e orientação prática**

**1.1.** Necessidade de uma Introdução ao Direito para alunos de Gestão. Abertura para o estudo das restantes disciplinas jurídicas. Importância de uma visão crítica do Direito.

**1.2.** Orientação prática sobre o método de estudo, documentação e avaliação.

#### **2. Introdução metódica**

##### **A arte, a ciência e a técnica jurídica**

**2.1.** A *arte* jurídica. O Direito como conjunto de preceitos ou regras de composição de conflitos de interesses, com vista a assegurar o equilíbrio social. O Direito como forma de trabalho, de ofício ou de profissão e como *estética* referida a valores. Comparação com a *arte* da Economia, das Finanças e da Gestão.

**2.2.** A ciência jurídica. O Direito como conjunto sistematizado e autónomo de conhecimentos, com um método específico. Outras ciências que tomam o Direito por objecto. A ciência jurídica e as ciências económica, financeira e de gestão.

**2.3.** A técnica jurídica. O Direito como conjunto de preceitos ou regras técnicas visando a eficácia e a eficiência na consecução dos seus objectivos. A técnica jurídica e as técnicas económica, financeira e de gestão.

**2.4.** O método jurídico e o método das ciências económicas, financeiras e de gestão.

### **3. O Direito como "ideia" e como expressão autónoma de valores**

**3.1.** A questão da autonomia dos valores jurídicos. O equilíbrio social como ideia-força do jurídico. A justiça como ideal do Direito. A equidade como sofisticação da justiça. A necessidade de segurança jurídica. Os valores jurídicos e os valores essenciais presentes na Economia, nas Finanças e na Gestão.

**3.2.** As ideias jurídicas e a Filosofia do Direito. Os principais debates no Direito contemporâneo. O positivismo e o jusnaturalismo contemporâneos. A actualidade da concepção tridimensional do Direito.

### **4. O sistema político e o sistema jurídico**

**4.1.** O sistema político. O fenómeno do poder. As estruturas políticas da sociedade. O Estado. O Estado social e democrático de Direito contemporâneo. O Estado pós-moderno ou da era pós-industrial. O Estado na sociedade da comunicação ou da informação.

**4.2.** O sistema jurídico. O Direito enquanto sistema de normas jurídicas (ordenamento jurídico) e enquanto sistema de relações jurídicas. As situações jurídicas e as relações jurídicas. Os sistemas jurídicos contemporâneos.

**4.3.** A análise do Direito enquanto sistema de normas jurídicas (ordenamento jurídico). O pluralismo de ordenamentos jurídicos e a primazia do ordenamento jurídico estadual. Os ramos do Direito. A juridicidade e as características das normas.

**4.4.** Os grandes momentos sistémicos do Direito enquanto ordenamento jurídico. A criação das normas, a aplicação e interpretação das normas e a resolução dos casos concretos.

**4.5.** A análise do Direito enquanto sistema de relações jurídicas. As situações jurídicas. Os direitos subjectivos.

**4.6.** O sistema político, o sistema jurídico e os sistemas económico, financeiro e empresarial.

## **5. A criação das normas jurídicas**

**5.1.** Quais são e quem faz as normas jurídicas. Como são feitas as normas jurídicas (processo legislativo).

**5.2.** A teoria geral das fontes do Direito. Noção e hierarquia das fontes. Os princípios gerais do Direito e a consciência jurídica da comunidade. A lei e a sua crise contemporânea. Os usos e costumes. A equidade. A jurisprudência. A doutrina.

**5.3.** A criação das normas jurídicas no ordenamento jurídico estadual. A hierarquia das normas jurídicas estaduais (Constituição, lei ordinária, regulamentos do Governo). Relações entre as normas. Fiscalização da constitucionalidade e da legalidade. A organização estadual. Os órgãos de soberania (separação, interdependência, competências). O processo constitucional. O processo legislativo. O processo de feitura dos regulamentos do Governo.

**5.4.** A criação das normas jurídicas no ordenamento jurídico da União Europeia. A hierarquia das normas jurídicas comunitárias (Tratado, direito derivado). Relações entre as normas. Fiscalização da "constitucionalidade" e da legalidade. A organização da União Europeia. As instituições comunitárias (especialmente as suas competências). O processo "constitucional" comunitário. O processo legislativo comunitário.

**5.5.** A criação das normas jurídicas das Regiões Autónomas, das autarquias locais, das pessoas colectivas públicas infra-estaduais, das pessoas colectivas privadas com funções públicas, das restantes pessoas colectivas privadas e outras organizações da sociedade civil.

## **6. A aplicação e a interpretação das normas jurídicas**

**6.1.** A vigência.

**6.2.** A aplicação no tempo e no espaço.

**6.3.** A teoria geral da interpretação. Natureza e importância do problema. As doutrinas. Os critérios e as técnicas. Os resultados. O espaço criativo ou constitutivo do intérprete. A reconstituição do pensamento legislativo. O papel essencial da Administração Pública e dos tribunais. O problema da transparência e da fundamentação da interpretação como exigências de um adequado controlo num Estado de Direito.

- 6.4.** A integração das lacunas do ordenamento jurídico.
- 6.5.** A aplicação "política" das normas jurídicas. Os remédios.
- 6.6.** A aplicação administrativa das normas jurídicas. A resolução dos problemas administrativos. O processo e o procedimento administrativos no âmbito da Administração directa e indirecta do Estado e no âmbito da Administração autárquica.
- 6.7.** A aplicação jurisdicional das normas jurídicas. A organização e a crise dos tribunais. O processo jurisdicional no Tribunal Constitucional, nos tribunais comuns (cíveis e criminais), nos tribunais administrativos e fiscais, no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça da União Europeia. Os tribunais arbitrais.
- 6.8.** A auto-aplicação das normas jurídicas. O problema da solução das questões jurídicas por vias não normativas.

## **7. A teoria geral da relação jurídica**

- 7.1.** Os direitos subjectivos e potestativos. Os direitos fundamentais. Os direitos da personalidade.
- 7.2.** Os deveres jurídicos e os estados de sujeição.
- 7.3.** Os sujeitos da relação jurídica. A personalidade jurídica individual e colectiva. A capacidade jurídica de gozo de direitos. A capacidade jurídica de exercício de direitos.
- 7.4.** As pessoas colectivas. Associações, fundações e sociedades. Os órgãos das pessoas colectivas.
- 7.5.** A representação e o mandato.
- 7.6.** O objecto da relação jurídica.
- 7.7.** O facto jurídico. O acto jurídico. O negócio jurídico. O contrato. A declaração negocial. O objecto negocial. A nulidade e a anulabilidade do negócio jurídico.
- 7.8.** O tempo e a sua repercussão na relação jurídica (prazos, prescrição, caducidade).
- 7.9.** A garantia da relação jurídica. Conceito amplo e conceito restrito de garantia. O exercício e tutela dos direitos. As provas.

## **8. Noções gerais de Direito Civil (Direito das Obrigações)**

- 8.1.** Função e importância do Direito das Obrigações.

- 8.2. Noção e conteúdo das obrigações.
- 8.3. As fontes das obrigações. Os contratos. Os negócios unilaterais. A gestão de negócios. O enriquecimento sem causa. A responsabilidade civil.
- 8.4. As modalidades das obrigações.
- 8.5. A transmissão de créditos e de dívidas.
- 8.6. As garantias das obrigações. A garantia geral. As garantias especiais.
- 8.7. O cumprimento e o não cumprimento das obrigações. As causas de extinção das obrigações além do cumprimento.
- 8.8. Referência sumária aos contratos em especial.
- 8.9. Direito do trabalho (contrato de prestação de serviços, contrato de trabalho).

## **9. Introdução sumária ao Direito das Coisas (Direitos Reais)**

- 9.1. Função e importância do Direito das Coisas (Direitos Reais).
- 9.2. A posse (aquisição e perda, efeitos, defesa, usucapião).
- 9.3. A propriedade (aquisição, propriedade de bens móveis e de bens imóveis, compropriedade, propriedade horizontal, usufruto, uso e habitação, direito de superfície, servidões prediais).

## **DOCUMENTAÇÃO**

### **1. Guia de estudo**

Consta de uma brochura editada pela Secção de Textos da AAISEG, que contém as indicações necessárias para a preparação da disciplina e, designadamente, os Sumários de cada aula teórica com a bibliografia e a legislação básicas para cada aula, um Anexo com a Bibliografia complementar e um Anexo com provas de exame realizadas em anos anteriores.

### **2. Materiais e exercícios**

Constam de um texto publicado no Aquila, que contém todos os materiais e exercícios das aulas práticas, com as devidas referências ao Programa dado nas aulas teóricas.

### 3. Bibliografia básica geral

SOUSA, Marcelo Rebelo de; GALVÃO, Sofia [2000]. *Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: Lex.

TELLES, Inocêncio Galvão [2010]. *Direito das Obrigações*. Reimpressão da 7.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Coimbra Editora.

TELLES, Inocêncio Galvão [2010]. *Introdução ao estudo do Direito*. Vols. I e II. Coimbra: Coimbra Editora.

### 4. Bibliografia da aula leccionada em Inglês

ALMEIDA, Carlos Ferreira de; CRISTAS, Assunção; PIÇARRA, Nuno [2007]. *Portuguese Law: an overview*. Coimbra: Almedina.

### 5. Legislação básica geral

*Constituição da República Portuguesa*.

*Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa)*.

*Código Civil*.

## MÉTODO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será efectuada de acordo com as seguintes regras, ao abrigo do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos em vigor no ISEG:

### 1. Avaliação ao longo do semestre (ALS)

Os alunos poderão ser avaliados através de uma avaliação ao longo do semestre (ALS), que inclui a **realização obrigatória de 2 mini-testes**.

#### Mini-testes

Os dois mini-testes terão uma duração de 1 hora e 30 minutos cada um.

O **primeiro mini-teste** terá lugar no dia **13 de Abril de 2013, às 11:00**, em salas a indicar oportunamente no *Aquila*. Por sua vez, o **segundo mini-teste** realizar-se-á no dia **18 de Maio de 2013, às 11:00**, também em salas a indicar oportunamente no *Aquila*.

Nos dois mini-testes é autorizada apenas a **consulta da Constituição da República Portuguesa, do Tratado da União Europeia e do Código Civil.**

### **Nota da avaliação ao longo do semestre (ALS)**

A nota da avaliação ao longo do semestre (ALS) é a nota resultante dos dois mini-testes.

### **Presença nas aulas**

Só poderão obter nota de avaliação ao longo do semestre (ALS) os alunos que estiverem presentes, pelo menos, **em 80% do número total das aulas**, com excepção dos alunos que por lei beneficiem de um regime diferente.

### **Acesso à avaliação através de prova escrita final**

Se os alunos tiverem obtido na avaliação ao longo do semestre (ALS) uma nota com um mínimo de 10 valores e não desejarem melhorá-la, esta nota será a nota final da disciplina.

Por razões técnicas de funcionamento da Secretaria das Licenciaturas, todos os alunos que estiverem nessa situação **terão obrigatoriamente de se inscrever na prova escrita final da época normal**, embora sem terem de a realizar, para que a classificação positiva que obtiveram em ALS seja devidamente considerada.

Se os alunos **pretenderem melhorar a nota obtida**, apenas poderão fazê-lo na prova escrita final a realizar na **época de recurso**.

Se os **alunos não tiverem optado** pela avaliação ao longo do semestre (ALS) ou nela **não tiverem obtido uma nota** com um mínimo de **10 valores**, **poderão recorrer à avaliação através de prova escrita final**, a realizar nas duas épocas indicadas.

## **2.Avaliação através de prova escrita final**

Esta avaliação será realizada em 2 provas:

Uma **prova escrita de época normal** a efectuar no dia **11 de Junho de 2013**, às **9:00**, em salas a indicar oportunamente no *Aquila*.

Uma **prova escrita de época de recurso** a efectuar no dia **28 de Junho de 2013**, às **9:00**, em salas a indicar oportunamente no *Aquila*.

Nas provas escritas de época normal e de época de recurso é autorizada apenas a **consulta da Constituição da República Portuguesa, do Tratado da União Europeia e do Código Civil**.